



Braga

“ Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses coloca Barcelos, Esposende, Guimarães e Vila Nova de Famalicão entre os 100 municípios do país com melhor situação financeira global.



DESTAQUE

Braga está entre os municípios do país que mais dinheiro deixaram nas famílias por conta da redução da taxa do IMI.



Minho com 4 municípios entre os melhores e Braga tem a melhor empresa municipal

Quatro dos 24 municípios dos distritos de Braga e de Viana do Castelo estão colocados entre os melhores 100 municípios do país. A avaliação é feita pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que mede a eficiência da gestão municipal com base num conjunto de 10 indicadores de natureza económica e financeira. O Município de Barcelos surge como o melhor do Minho no "ranking" global da situação financeira e a Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga é apontada como a melhor empresa municipal do país, ao nível da solidez económica e financeira.

© JOAQUIM MARTINS FERNANDES

O Município de Barcelos foi considerado o melhor gerido entre os 14 municípios do distrito de Braga, sendo o décimo primeiro melhor entre os municípios de grande dimensão do país com melhores indicadores económicos e financeiros. Garantiu 1207 pontos na avaliação feita pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, que foi ontem



Câmara Municipal de Barcelos teve em 2019 o quinto melhor resultado operacional dos 308 municípios do país

apresentado pela Ordem dos Contabilistas Certificados. O Anuário elaborado pelo Instituto Politécnico do Cávado e Ave e pela Universidade do Minho, que incide sobre a gestão de 2019, coloca o Município do Porto como o que tem a melhor situação financeira global entre os 308 municípios portugueses, com uma pontuação de 1744 pontos, sendo a pontuação máxima possível de 1900 pontos.

O índice de liquidez, os resultados obtidos, o peso do passivo exigível no ativo, o peso da dívida nos municípios, a capacidade financeira para assumir despesa, o prazo médio de pagamento, o grau de execução

“ **Braga liderou na cobrança de receita no Minho e garantiu 11.º lugar a nível nacional.**

do saldo efetivo, o índice da dívida total, o índice de superavit e a carga fiscal por habitante são os indicadores que definem a avaliação económico-financeira global.

À escala do Minho, além de Barcelos, surgem mais três municípios no ranking dos 100 melhores do país. São todos do distrito de Braga: Vila Nova de Famalicão, com um total de 952 pon-

tos, garantiu a décima sexta melhor posição entre os municípios de grande dimensão. O Município de Guimarães surge imediatamente a seguir, com uma avaliação económico-financeira global de 855 pontos.

No "ranking global" dos 100 melhores municípios do país só entram 18 concelhos de grande dimensão e o Anuário da responsabilidade da presidente do IPCA, Maria José Fernandes, e dos docentes Susana Jorge (IPCA) e Pedro Camões (UMinho) deixa de fora o Município de Braga. Mas esposende entra no leque restrito dos melhores, com 839 pontos, garantindo o 31.º lugar entre os municípios de média dimensão.

PORMENORES

Braga foi o município do Minho que mais recorreu a empréstimos bancários em 2019, tendo sido o nono do país que mais empréstimos contraiu.

Câmaras Municipais de Guimarães, de Vila Nova de Famalicão e de Viana do Castelo estão também entre os municípios com maior volume de dívida exigível.

AGERE COM OS MELHORES RESULTADOS ENTRE AS EMPRESAS MUNICIPAIS DO PAÍS

Os dados avançados ontem pelo Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses fazem também saber que a Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga (Agere) é a melhor empresa municipal entre as 163 entidades do país. A Agere teve, em 2019, um resultado económico de 6,64 milhões de euros, quase 2 milhões que a Águas do Porto, que teve o segundo melhor resultado. O valor dos ativos fixos da empresa bracarense superaram os 106 milhões de euros.



Arquivo DN



CÂMARA MUNICIPAL ESTÁ ENTRE AS AUTARQUIAS DO PAÍS QUE MAIS ALIVIARAM ORÇAMENTOS FAMILIARES

Braga deixou com as famílias 10,37 milhões de euros do IMI

O Município de Braga está entre os que mais deixou de cobrar Imposto Municipal sobre Imóveis em benefício dos orçamentos familiares. Só em 2019, abdicou de uma cobrança de 10 milhões 375 mil euros a que tinha direito, por via da redução da taxa do imposto. Mas também os municípios de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Viana do Castelo e Barcelos estão entre os que mais ajudam os municípios, na hora de cobrar o imposto da casa.



O Município de Braga está entre os que mais deixou de cobrar IMI em benefício dos orçamentos familiares

apresentado. O documento revela que, em 2019, a Câmara Municipal de Braga aplicou uma taxa reduzida de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que permitiu uma poupança de 10 milhões 375 mil 827 euros aos respetivos municípios.

Em termos absolutos, foi a décima terceira maior redução do imposto, entre os 308 municípios do país. Nos cofres municipais, entraram 24 milhões 210 mil 263 euros, mas se a autarquia decidisse aplicar a taxa máxima, a receita seria de 34

milhões 586 mil e 90 euros. O "perdão" de quase 10,34 milhões de euros traduziu-se numa devolução de 57 euros a cada um dos 182 mil 679 cidadãos residentes em Braga. O que quer dizer que numa família com dois filhos, a poupança mé-

dia foi 228 euros.

A Câmara de Guimarães foi a décima oitava das 308 autarquias portuguesas que mais "poupam" os agregados familiares no pagamento do IMI. Em 2019, aplicou uma taxa de de 0,35 por cento, que permitiu

uma cobrança de 19 milhões 153 mil 256 euros. Se tivesse aplicado a taxa máxima permitida de 0,5 por cento, teria cobrado 27 milhões 361 mil 795 euros. No bolso de cada um dos 152 mil 309 municípios ficaram 54 euros, o que resultou numa poupança geral de 8,2 milhões de euros.

Viana no "ranking"

O Município de Famalicão aplicou também uma taxa de 0,35 por cento na cobrança de IMI. A decisão deixou 30 por cento da receita legalmente possível no orçamento dos agregados familiares que, no seu conjunto, beneficiaram de uma poupança de 6 milhões 453 mil 586 euros. Os cofres municipais arrecadaram 15 milhões 58 mil 368 euros, num ano em que poderiam ter arrecadado 21 milhões 511 mil 954 euros.

Em Barcelos, os 116 mil 187 municípios pouparam 4,15 milhões de euros a hora de pagar IMI. A Câmara cobrou 9,69 milhões, quando poderia ter cobrado 13,84 milhões.

No Alto Minho, a A Câmara de Viana do Castelo foi a que deixou o maior montante que poderia ser cobrado em sede de IMI no bolso das famílias. O "perdão" de 4,21 milhões de euros garanti-lhe a entrada no "ranking" nacional dos 35 municípios que mais pouparam os municípios ao nível da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis. A autarquia aplicou uma taxa de 0,37 por cento, tendo arrecadado 11 milhões 986 mil 460 euros. O encaxe poderia ter sido de 16 milhões 197 mil 919 euros. Cada um dos 84 mil 417 vianenses poupou 50 euros no IMI.

© JOAQUIM MARTINS FERNANDES

Os números são do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses ontem

Rio alerta que as câmaras estão a assumir despesas do Estado

O presidente da Câmara de Braga afirmou ontem que as contas de 2020 dos municípios não bom refletir a boa saúde financeira que é sinalizada no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2019. «Nos últimos nove meses, as câmaras municipais estão a assumir muitas responsabilidades que vão para lá das suas competências», disse Ricardo Rio, num colóquio sobre desafios e efeitos da pandemia na gestão autárquica, que integrou a sessão de apresentação do Anuário Financeiro.

O autarca concretizou que as despesas vão de ações de prevenção e sensibilização a medidas de regulamentação de atividades, passando pelo reforço da capacidade de testagem no território ou medidas de apoio à população mais desfavorecida,



ao tecido empresarial e às instituições. Saliendo que a assunção dessas responsabilidades «obrigou os municípios a alocar recursos consideráveis dos seus orçamentos, penalizando a alocação que estava anteriormente prevista», Rio sublinhou que «isto traduz-se num agravamento das des-

pesas em áreas que não são da alçada das autarquias». Vincou que «as câmaras estão a substituir-se ao Estado Central, como foi o caso da aquisição de equipamentos informáticos para as escolas», para «todos os alunos poderem acompanhar as aulas através da internet».